



BOLETIM JAN/FEV 2010

da Organização
dos Trabalhadores Comunistas no Sector da Vigilância da OR Lisboa

As empresas de segurança privada continuam a facturar largos milhões.

A crise não os atingiu como se pode ver pelos lucros:

Prosegur- 2.948.000.000 € Securitas- 6.133.000.000€
Esegur - 3.031.000.000 € 2045 ES - 395.000.000 €

Palavras para quê?????

Boa parte dos lucros das empresas são "roubados" aos salários dos trabalhadores. Em tempo de negociação do Contrato Colectivo de Trabalho é necessário mobilizar para a luta, em unidade por aumentos salariais que permitam àqueles que produzem tamanhos lucros - os trabalhadores - reporem o poder de compra perdido ao longo de vários anos.

Tão ou mais importante que conquistar novos direitos é defender os direitos já existentes. Em primeiro lugar, receber o

salário até ao último dia útil de cada mês, nos termos do CCT, lutando contra os abusos de empresas como a Bonne-Segur ou a Fenix Intersegur que usam e abusam de atrasos nos pagamentos dos salários, na maior impunidade, causando gravíssimos prejuízos aos trabalhadores que têm de pagar as contas a tempo e horas.

Lutando ainda contra a falta de pagamento das horas extraordinárias nos termos do CCT, entre outros atropelos, perante a maior passividade das instituições que deviam zelar pela legalidade, como a Autoridade para as Condições de Trabalho - ACT, na dependência directa do Governo.

Exigindo o pagamento do subsídio de refeição por cada dia efectivamente trabalhado, ao contrário do que faz a 2045 que não paga o referido subsídio nos feriados e domingos trabalhados.

Empresas Fora-da-Lei

As empresas que não cumprem com as suas obrigações para com os trabalhadores, colocam-se, objectivamente, fora da lei, pelo que devem ser alvo de especial atenção por parte das entidades fiscalizadoras e penalizadas pelas suas práticas atentatórias dos direitos e interesses de quem trabalha.

Uma das armas usadas pelos patrões é a intimidação. São sistemáticas as mais variadas ameaças aos trabalhadores e organizações que combatem os abusos patronais e lutam, justamente, em defesa dos seus legítimos direitos e interesses.

Os patrões sentem-se protegidos pelo poder instituído no Governo, Assembleia da República e outras instituições do

Estado, exercido há mais de 30 anos pelo PS e/ou PSD com ou sem a bengala do CDS-PP.

Os trabalhadores são confrontados, ainda, por um poder judicial lento, caro para quem vive dos parcos recursos do trabalho e muitas vezes beneficiando os senhores do dinheiro, para quem, parece, as leis foram feitas.

Mais do que legítimo, o protesto organizado é necessário!

Não nos calarão!

A Luta é o caminho para alterar esta política e mudar de rumo!

Os problemas dos Vigilantes no "Avante!" De 5/Fevereiro/2010

A Empresa Fénix Intersegur tem arrastado uma situação de salários em atraso. Num portal da Internet, os trabalhadores desta empresa expressaram o seu profundo descontentamento por esta situação e relataram ainda diversos casos de outros abusos nas relações laborais na empresa. A Empresa acionou judicialmente o Portal, correndo uma providência cautelar para o encerramento do Fórum de Discussão sobre a Fénix Intersegur. O Portal lançou uma campanha de fundos para conseguir pagar as custas judiciais que já está a enfrentar.

Estes são os factos.

Eles ilustram o verdadeiro carácter do regime que vivemos: a ditadura da burguesia. A quem se arrepie com este termo, perguntemos-lhe se num regime democrático:

- Pode um patrão impunemente não pagar salários aos seus trabalhadores sem ser imediatamente expropriado e, nas situações mais graves, preso?

- Pode o Estado não accionar uma célere e imediata acção de defesa de trabalhadores tão violentados pela sua entidade patronal?

- Pode um Orgão de Comunicação Social estar sujeito à perseguição judicial desta forma, apenas porque o patrão tem dinheiro para pagar a advogados, os trabalhadores não têm e o seu espaço de informação também não?

- Pode, a mesma justiça que é inoperante perante a violência patronal que recusa o pagamento de um salário ser célere na acção para a defesa do "bom nome" da mesma entidade patronal?

Não, não pode. Em democracia não pode.

PCP: Uma acção conseqüente em defesa dos vigilantes na Assembleia da República

Apesar desta intervenção do deputado do PCP António Filipe já ser de Julho de 2009, dada a sua actualidade para a luta por melhores condições de vida e de trabalho dos vigilantes, consideramos importante recordá-la

Sr.ª Presidente,
Srs. Deputados:

Esta petição (petição n.º 572/X) dá conta de um conjunto de atropelos, muito graves, à legislação laboral e de um manifesto desrespeito para com os direitos mais elementares dos cidadãos que desenvolvem a sua actividade profissional na área da segurança privada, os quais revelam uma manifesta falta de actuação por parte das entidades responsáveis por verificar as condições de trabalho.

No relatório final desta petição - e já não me refiro ao relatório da audição dos peticionários, que é muito impressionante relativamente à denúncia de atropelos gritantes aos direitos dos trabalhadores -, referem-se situações como a alteração arbitrária de horários de trabalho e de escalas de turno, horários que chegam a ser de 12 horas seguidas, às vezes sem pausa para refeição, transferências de local de trabalho como método repressivo, substituição de forças policiais em serviço de rondas externas em edifícios, imposição de férias fora do período estipulado por lei, ausência de inspeções médicas bianuais na medicina no trabalho, sucessão de contratos a termo após afastamento temporário, não actuação da Autoridade para as Condições do Trabalho.

Temos aqui um rol muito extenso de atropelos, perante os quais a Autoridade para as Condições do Trabalho não pode ficar indiferente, de maneira alguma.

Relativamente a este sector, há um aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção. É evidente que este tipo de atropelos, como alguns aqui referidos, infelizmente, acontece em outros sectores de actividade, pelo que é importante que haja uma vigilância permanente de quem tem competência legal para verificar estas situações e para accionar as responsabilidades que são devidas.

Todavia, acontece que o sector da segurança privada tem uma especial sensibilidade não apenas do ponto de vista laboral mas também do ponto de vista do relacionamento deste sector com os demais cidadãos. Ora, há um aspecto referido que é particularmente grave, que tem a ver com a substituição de forças policiais em serviço de rondas externas em edifícios, porque aqui estamos perante um outro problema, que são as ilegalidades que as empresas obrigam estes profissionais a cometer e que extravasam as funções que são cometidas a empresas privadas. E aqui há um outro problema, que é o da fiscalização, por parte do Ministério da Administração Interna, da estrita legalidade no funcionamento das empresas de segurança privada.

Portanto, aqui, há duas entidades que têm de ser chamadas a intervir nesta matéria, ou seja, a Autoridade para as Condições do Trabalho, que está sob tutela do Ministério do Trabalho, e também o Ministério da Administração Interna, que tem aqui a obrigação de verificar se estas empresas cumprem a lei em todos os seus aspectos, quer não extravasando as competências que a lei lhes permite quer também fiscalizando as condições de trabalho que estas empresas impõem aos trabalhadores que estão ao seu serviço.

Portanto, quero saudar a oportunidade e a pertinência desta petição e referir que estas questões têm, evidentemente, de ser acompanhadas com muita atenção por quem de direito.

Adere ao  **PCP**

Nome:

Contacto:

LUTAR
CONTRA AS INJUSTIÇAS
EXIGIR
UMA VIDA MELHOR

Contacta-nos para Av. Liberdade 170, 1200-Lisboa ou para sector_vpl@dorl.pcp.pt